

INSTRUTIVO N.º 09/2016

de 08 de Agosto

ASSUNTO: TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Havendo a necessidade de estabelecer um conjunto de procedimentos referentes ao reconhecimento e mensuração de títulos e valores mobiliários no âmbito das disposições estabelecidas no Aviso n.º 06/2016, de 22 de Junho, sobre os princípios gerais a serem observados pelas Instituições Financeiras Bancárias, na adopção plena das Normas Internacionais de Contabilidade/Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Não pretendendo o presente Instrutivo efectuar quaisquer interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade/Normas Internacionais de Relato Financeiro, sendo as mesmas desenvolvidas exclusivamente pelo *IFRS Interpretations Committee* e emitidas pelo *International Accounting Standards Board*.

Nos termos das disposições combinadas do artigo 21.º e do artigo 51.º, ambos da Lei n.º 16/10 de 15 de Julho – Lei do Banco Nacional de Angola, e do artigo 93.º da Lei n.º 12/15 de 17 de Junho – Lei de Bases das Instituições Financeiras.

DETERMINO:

1. Objecto

O presente Instrutivo estabelece os procedimentos que as Instituições Financeiras Bancárias devem observar no reconhecimento e mensuração de

títulos e valores mobiliários, adiante abreviadamente designados por títulos, nos termos previstos pela Norma Internacional de Contabilidade 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, adiante abreviadamente designada por *IAS 39*.

2. Âmbito

São destinatárias das disposições constantes no presente Instrutivo as Instituições Financeiras Bancárias sob supervisão do Banco Nacional de Angola, nos termos e condições previstos na Lei das Instituições Financeiras, adiante abreviadamente designadas por Instituições.

3. Definições

Sem prejuízo das definições estabelecidas na Lei das Financeiras, para efeitos do presente Instrutivo, entende-se por:

3.1 **Activo financeiro:** qualquer activo que seja:

- a) dinheiro;
- b) um instrumento de capital próprio de uma outra entidade;
- c) um direito contratual de:
 - i. receber dinheiro ou outro activo financeiro de outra entidade, ou
 - ii. trocar activos ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente favoráveis para a instituição;ou
- d) um contrato que será ou poderá ser liquidado através de instrumentos de capital próprio da Instituição e que seja:
 - i. um derivado que será ou poderá ser liquidado de forma diferente da troca de uma quantia fixa em dinheiro ou outro activo financeiro por um número fixo dos instrumentos de capital próprio da Instituição. Contudo, os instrumentos de capital próprio da Instituição não incluem instrumentos que sejam contratos para futuro recebimento ou entrega dos instrumentos de capital próprio da Instituição; ou

- ii. um não derivado para o qual a Instituição esteja ou possa estar obrigada a receber um número variável dos instrumentos de capital próprio da Instituição.

3.2 **Activos financeiros disponíveis para venda:** activos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados como:

- a) empréstimos concedidos ou contas a receber;
- b) investimentos detidos até à maturidade; ou
- c) activos financeiros ao justo valor através de resultados.

3.3 **Activos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados:** activos ou passivos financeiros que satisfazem qualquer uma das seguintes condições:

- a) classificados como detidos para negociação, se forem:
 - i. adquiridos ou incorridos principalmente para a finalidade de os vender ou de os recomprar num prazo muito próximo;
 - ii. parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um modelo real recente de tomada de lucros a curto prazo; ou
 - iii. um derivado, excepto no caso de um derivado que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de cobertura designado e eficaz.
- b) no momento do reconhecimento inicial são designados pela Instituição ao justo valor através de resultados. Uma Instituição só poderá usar esta designação quando tal resultar em informação mais relevante, porque:
 - i. elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que de outra forma resultaria da mensuração de activos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases; ou

- ii. um grupo de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo é fornecida internamente ao pessoal-chave da gestão da Instituição nessa base.

3.4 **Contrato de garantia financeira:** contrato que requer que o emitente efectue pagamentos especificados, a fim de reembolsar o detentor por uma perda em que incorra devido ao facto de um devedor especificado não efectuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de um instrumento de rendimento fixo.

3.5 **Custo amortizado:** quantia pela qual o activo ou o passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método da taxa de juro efectiva de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução, directamente ou por meio do uso de uma conta de abatimento, respeitante à imparidade ou incobabilidade.

3.6 **Derivado:** instrumento financeiro para o qual se verifique cumulativamente as seguintes características:

- a) o seu valor altera-se em resposta à alteração numa taxa de juro, preço de instrumento financeiro, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de preços ou de taxas, notação de crédito ou índice de crédito, ou outra variável, desde que, no caso de uma variável não financeira, a variável não seja específica de uma das partes do contrato;
- b) não é necessário qualquer investimento líquido inicial ou um investimento líquido inicial que seja inferior ao que seria exigido para outros tipos de contratos que se esperaria que tivessem uma resposta semelhante às alterações nos factores de mercado; e

- c) é liquidado numa data futura.
- 3.7 **Desreconhecimento:** remoção de um activo ou passivo financeiro anteriormente reconhecido do balanço de uma Instituição.
- 3.8 **Eficácia de cobertura:** proporção da alteração no justo valor ou nos fluxos de caixa do elemento coberto que sejam atribuíveis a um risco coberto que é compensada por alterações no justo valor ou nos fluxos de caixa do instrumento de cobertura.
- 3.9 **Elemento coberto:** activo, passivo, compromisso firme, transacção prevista com elevada probabilidade ou investimento líquido numa unidade operacional estrangeira que (i) expõe a entidade ao risco de alterações no justo valor ou nos fluxos de caixa futuros e (ii) foi designado como estando coberto.
- 3.10 **Empréstimos concedidos e contas a receber:** activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis que não estão cotados num mercado activo, que não sejam:
- a) os que a Instituição tem intenção de vender imediatamente ou num prazo próximo, os quais serão classificados como detidos para negociação, e os que a Instituição após o reconhecimento inicial designa ao justo valor através de resultados;
 - b) os que a Instituição após o reconhecimento inicial designa como disponíveis para venda; ou
 - c) aqueles em relação aos quais o detentor possa não recuperar substancialmente a totalidade do seu investimento inicial, por outro motivo que não a deterioração do crédito, os quais serão classificados como disponíveis para venda.
- 3.11 **Instrumento de capital próprio:** qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos activos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos.
- 3.12 **Instrumento de cobertura:** derivado designado ou, apenas para uma cobertura do risco de alterações nas taxas de câmbio de moeda estrangeira, um activo financeiro não derivado designado ou um passivo financeiro não derivado cujo justo valor ou fluxos de caixa se

espera que compense as alterações no justo valor ou fluxos de caixa de um elemento coberto designado.

3.13 **Instrumento financeiro:** qualquer contrato que dê origem a um activo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de outra entidade.

3.14 **Investimentos detidos até à maturidade:** activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada que uma Instituição tem a intenção e a capacidade de deter até à maturidade e que não sejam:

- a) os que a Instituição designa no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados;
- b) os que a Instituição designa como disponíveis para venda; e
- c) os que satisfazem a definição de empréstimos concedidos e contas a receber.

3.15 **Justo valor:** preço que seria recebido pela venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

3.16 **Mercado activo:** mercado no qual ocorrem transacções do activo ou passivo com frequência e volume suficientes para fornecer informação sobre preços de forma contínua.

3.17 **Passivo financeiro:** qualquer passivo que seja:

- a) uma obrigação contratual:
 - i. de entregar dinheiro ou outro activo financeiro a uma outra entidade; ou
 - ii. de trocar activos ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente desfavoráveis para a Instituição; ou
- b) um contrato que será ou poderá ser liquidado nos instrumentos de capital próprio da própria Instituição e que seja:
 - i. um não derivado para o qual a Instituição esteja ou possa estar obrigada a entregar um número variável de instrumentos de capital próprio da própria Instituição; ou

- ii. um derivado que será ou poderá ser liquidado de forma diferente da troca de uma quantia fixa em dinheiro ou outro activo financeiro por um número fixo dos instrumentos de capital próprio da própria Instituição. Contudo, os instrumentos de capital próprio da própria Instituição não incluem instrumentos que sejam contratos para futuro recebimento ou entrega dos instrumentos de capital próprio da própria Instituição.

3.18 **Transacção ordenada:** transacção que assume uma exposição ao mercado durante um determinado período antes da data de mensuração por forma a permitir actividades de comercialização usuais e habituais para transacções que envolvem os activos ou passivos em questão.

4. Reconhecimento e desreconhecimento

- 4.1 As Instituições devem reconhecer os títulos no balanço quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento financeiro em causa.
- 4.2 As Instituições devem desreconhecer os títulos no balanço quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes dos mesmos expirarem ou quando forem transferidos, e esta transferência se qualificar para o desreconhecimento.
- 4.3 As Instituições devem considerar os requisitos descritos no Anexo I do presente Instrutivo para avaliar as condições de desreconhecimento de um título.

5. Classificações e reclassificações

- 5.1 As Instituições devem classificar os títulos nas seguintes categorias:
 - a) activos financeiros ao justo valor através de resultados;
 - b) activos financeiros disponíveis para venda;
 - c) investimentos detidos até à maturidade; e
 - d) empréstimos concedidos e contas a receber.

5.2 As Instituições devem observar os requisitos estabelecidos no Anexo II do presente Instrutivo relativos a reclassificações de títulos entre as categorias referidas no ponto anterior.

6. Mensuração inicial

6.1 As Instituições devem mensurar inicialmente os títulos ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à aquisição ou emissão, sempre que os títulos não estejam classificados na categoria de activos financeiros ao justo valor através de resultados.

6.2 As Instituições devem registar os custos de transacção da seguinte forma:

- a) para os títulos mensurados ao custo amortizado ou classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda, os custos de transacção devem ser reconhecidos inicialmente como parte do valor contabilístico do título; e
- b) para os títulos classificados na categoria de activos financeiros ao justo valor através de resultados, os custos de transacção devem ser reconhecidos em resultados.

7. Mensuração subsequente

7.1 As Instituições devem mensurar os títulos pelo justo valor, sem qualquer dedução dos custos de transacção em que possam incorrer na venda ou outra alienação, com excepção dos títulos mensurados ao custo amortizado ou ao custo.

7.2 Os títulos designados como elementos cobertos devem ser mensurados segundo os requisitos da contabilidade de cobertura.

7.3 Os títulos que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados devem ser objecto de análise de imparidade conforme estabelecido no Anexo III do presente Instrutivo.

8. Mensuração ao justo valor

As Instituições devem observar a hierarquia de apuramento do justo valor descrita na *IFRS 13* - Mensuração ao justo valor para efeitos de mensuração do justo valor dos títulos.

9. Disposição transitória

9.1 As Instituições que cumpram com pelo menos um dos critérios previstos no número 2 do Artigo 5.º do Aviso n.º 06/2016, de 22 de Junho, sobre adopção plena das Normas Internacionais de Contabilidade/Normas Internacionais de Relato Financeiro, devem estar em conformidade com o disposto no presente Instrutivo a partir do exercício de 2016, inclusive.

9.2 As Instituições que não estejam nas condições previstas no ponto anterior devem observar o disposto no número 3 do Artigo 5.º do Aviso n.º 06/2016, de 22 de Junho, sobre adopção plena das Normas Internacionais de Contabilidade/Normas Internacionais de Relato Financeiro.

10. Disposições finais

10.1 O presente Instrutivo não dispensa a consulta das Normas Internacionais de Contabilidade/Normas Internacionais de Relato Financeiro ou *International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards*, designadas por *IAS/IFRS*.

10.2 Sempre que se verificarem divergências entre o presente Instrutivo e as *IAS/IFRS*, devem prevalecer as normas emitidas pelo *IASB*.

11. Dúvidas e omissões

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Instrutivo serão resolvidas pelo Banco Nacional de Angola.

12. Revogação

Fica revogada toda a regulamentação que contrarie o disposto no presente Instrutivo.

13. Entrada em vigor

O presente Instrutivo entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Luanda, aos 08 de Agosto de 2016.

O GOVERNADOR

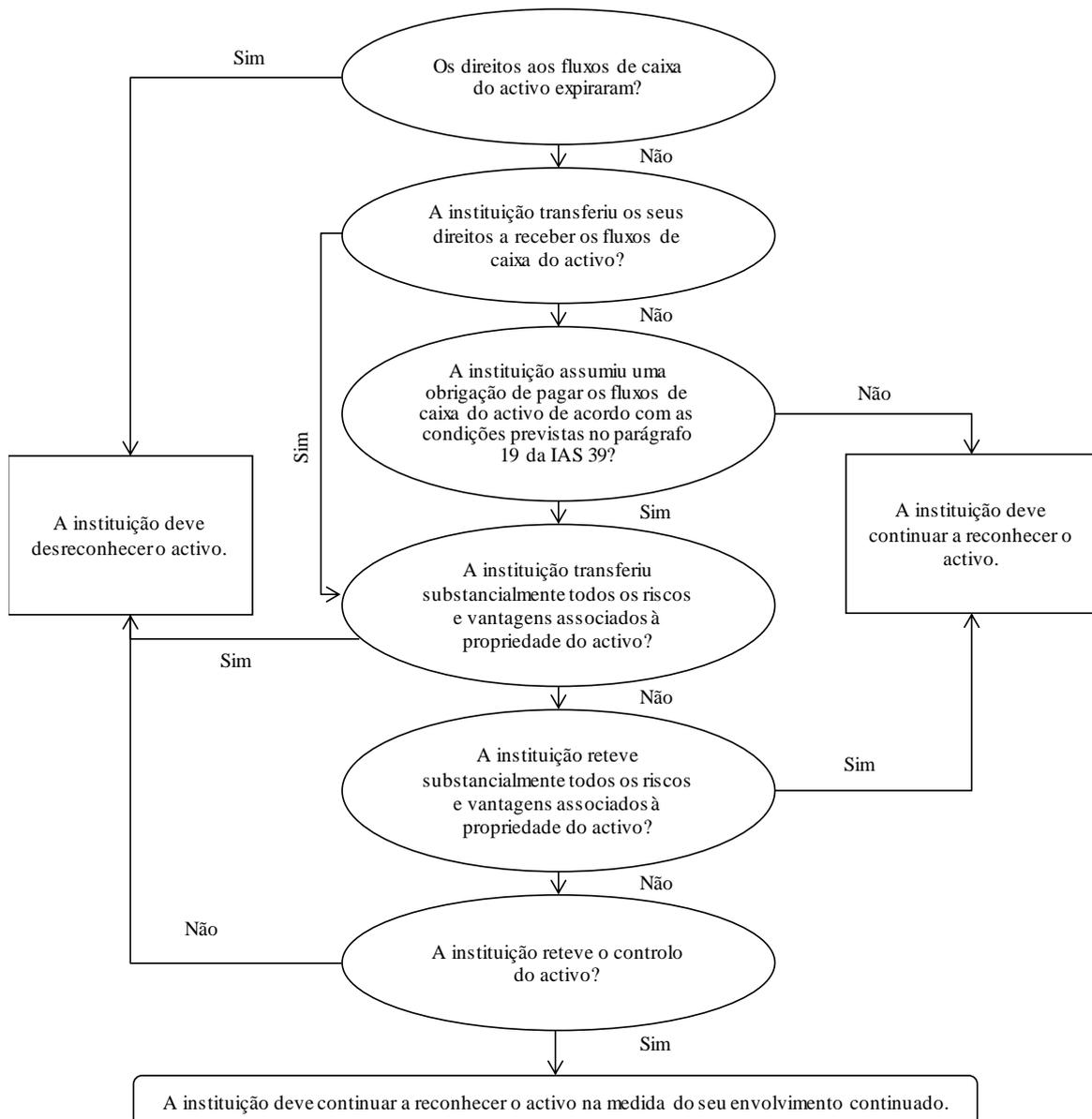
VALTER FILIPE DUARTE DA SILVA

ANEXO I

DESRECONHECIMENTO

Parte 1 - Enquadramento

1. As Instituições devem considerar na avaliação de desreconhecimento dos títulos os requisitos abaixo indicados.
2. Para efeitos do número anterior, as Instituições devem verificar se os requisitos de desreconhecimento abaixo indicados são aplicados a parte ou à totalidade de um determinado título (ou grupo de títulos semelhantes).





Parte 2 - Avaliação da transferência dos riscos e vantagens da propriedade do título

1. As Instituições devem considerar que ocorre uma transferência dos riscos e vantagens associados à propriedade de um determinado título, entre outras, nas seguintes situações:
 - a) venda incondicional de um título;
 - b) venda de um título em conjunto com uma opção de recompra do mesmo pelo seu justo valor na data de recompra; e
 - c) venda de um título em conjunto com uma opção de venda ou de compra que esteja significativamente *out of the money*.
2. Se as Instituições transferirem substancialmente todos os riscos e vantagens associados à propriedade de um título, não devem voltar a reconhecer, num período futuro, esse título, excepto nas situações em que voltem a adquirir esse título no âmbito de uma nova transacção.

Parte 3 - Retenção dos riscos e vantagens associados à propriedade do título

As Instituições devem considerar que ocorre uma retenção dos riscos e vantagens associados à propriedade de um determinado título, entre outras, nas seguintes situações:

- a) transacção de venda e recompra em que o preço de recompra é um preço fixo ou o preço de venda acrescido de um retorno do mutuante;
- b) acordo de empréstimo de títulos;
- c) venda de um título em conjunto com um *total return swap* que transfere a exposição ao risco de mercado de volta para as Instituições ; e
- d) venda de um título em conjunto com uma opção de venda ou de compra que esteja significativamente *in the money*.



Parte 4 - Avaliação da transferência do controlo sobre o título

As Instituições devem avaliar as situações em que não detêm o controlo sobre um determinado título na sequência de uma transferência desse controlo.

1. As Instituições não retêm o controlo do título se a entidade que recebe a transferência tiver capacidade prática para vender o título transferido. Tal capacidade verifica-se se a entidade puder vender o título transferido num mercado activo ou a um terceiro não relacionado e for capaz de exercer essa capacidade unilateralmente e sem impor restrições adicionais à transferência.
2. Para efeitos do número anterior, as Instituições devem ter em consideração as seguintes situações:
 - a) um direito contratual de alienar o título transferido tem pouco efeito prático se não houver mercado para o título transferido; e
 - b) a capacidade para alienar o título transferido tem pouco efeito prático se não puder ser exercida livremente.
3. Ainda que a entidade que recebe a transferência tenha uma probabilidade reduzida de vender o activo transferido, tal não significa, em si mesmo, que a Instituição tenha retido o controlo do título transferido.
4. As Instituições devem considerar que retêm o controlo do activo nas situações em que existe uma opção de venda ou uma garantia que impeçam a entidade que recebe a transferência de vender o activo transferido.



ANEXO II

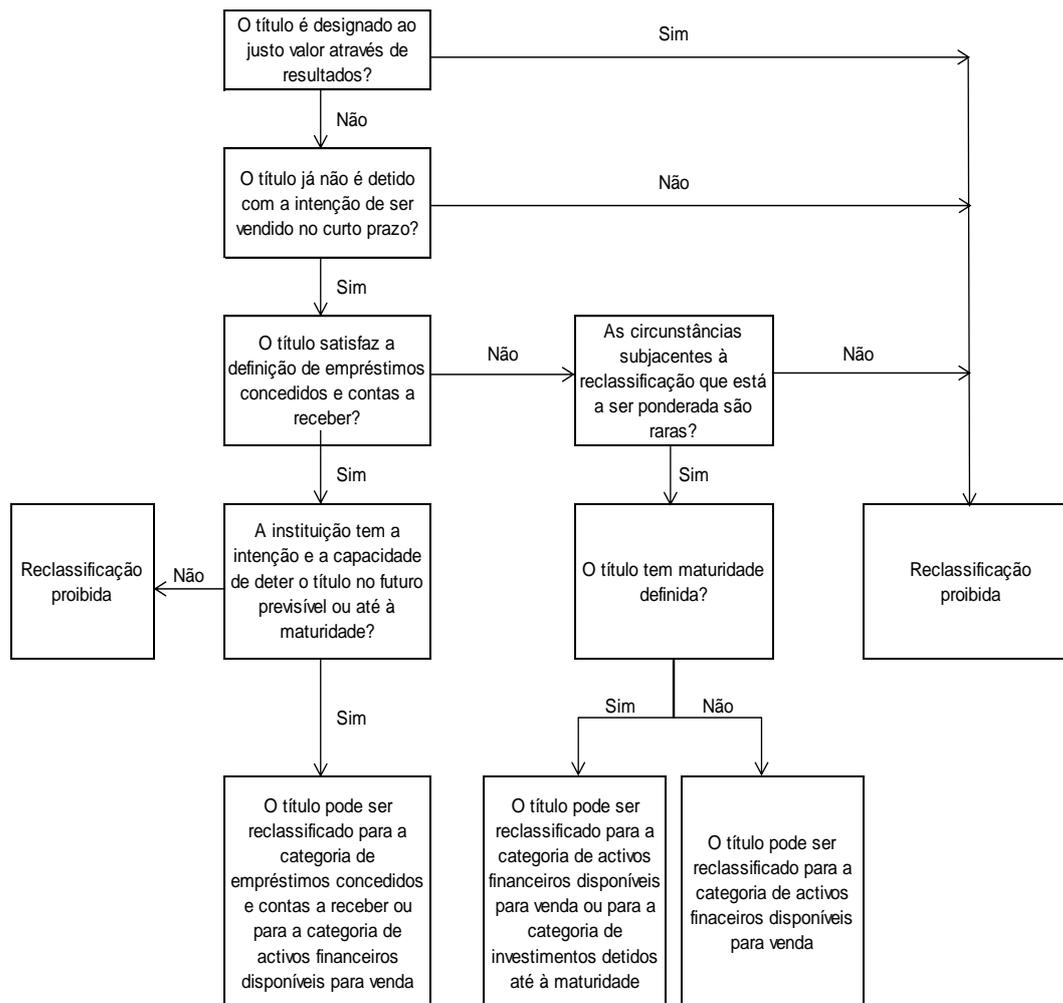
RECLASSIFICAÇÕES

Parte 1 - Reclassificações de outras categorias para a categoria de activos financeiros ao justo valor através de resultados

As Instituições não devem reclassificar títulos de outras categorias para a categoria de activos financeiros ao justo valor através de resultados após o seu reconhecimento inicial.

Parte 2 - Reclassificações da categoria de activos financeiros ao justo valor através de resultados para outras categorias

- As Instituições devem considerar nas reclassificações de títulos da categoria de activos financeiros ao justo valor através de resultados para outras categorias, os seguintes requisitos:



- As reclassificações de títulos da categoria de activos financeiros ao justo valor através de resultados para outras categorias devem ser efectuadas com base no justo valor dos títulos na data da respectiva reclassificação. Os ganhos ou perdas reconhecidos em resultados do exercício até à data da reclassificação não devem ser revertidos.



Parte 3 - Reclassificações de outras categorias para a categoria de activos financeiros disponíveis para venda

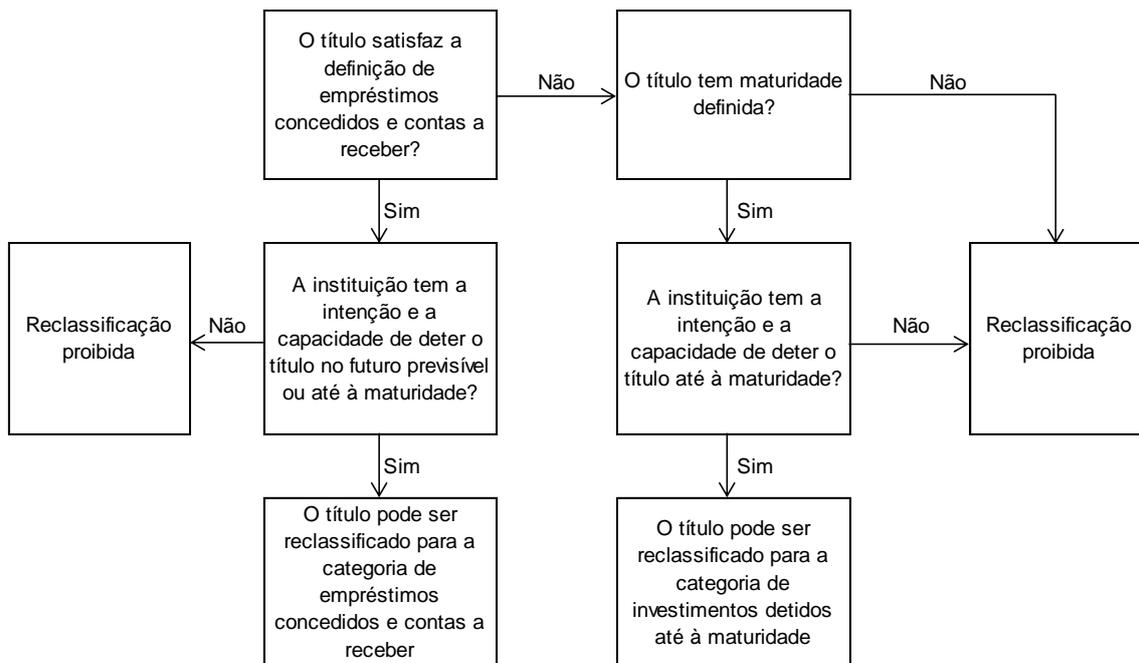
1. As Instituições podem reclassificar um instrumento de rendimento fixo ou de capital próprio da categoria de activos financeiros detidos para negociação para a categoria de activos financeiros disponíveis para venda. Nestas situações, não devem ser reconhecidos ganhos ou perdas resultantes da reclassificação e todos os montantes previamente reconhecidos em resultados do exercício devem ser mantidos nesta rubrica.
2. As Instituições devem reclassificar um instrumento de rendimento fixo da categoria de investimentos detidos até à maturidade para a categoria de activos financeiros disponíveis para venda nas situações em que deixe de existir a intenção e/ou capacidade de deter o instrumento de rendimento fixo até ao seu vencimento. Nestas situações, a diferença entre o valor contabilístico e o justo valor do título deve ser reconhecida em capital próprio na data de reclassificação.

Parte 4 - Reclassificações da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para outras categorias

1. As Instituições podem reclassificar instrumentos de rendimento fixo da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para outras categorias. Os instrumentos de capital próprio não devem ser reclassificados da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para outras categorias.
2. As Instituições podem reclassificar um título classificado da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de investimentos detidos até à maturidade nas situações em que exista intenção e capacidade de manter o título até ao seu vencimento, excepto se durante o exercício em curso ou nos dois exercícios imediatamente

anteriores, as Instituições tenham alienado ou reclassificado mais do que 1% de investimentos detidos até à maturidade antes do seu vencimento.

3. Nas reclassificações de títulos da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para outras categorias, as Instituições devem observar os seguintes requisitos:



4. As reclassificações de títulos da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para outras categorias devem ser efectuadas com base no justo valor dos títulos na data da respectiva reclassificação. Os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos em resultados do exercício até a data da reclassificação não devem ser revertidos.
5. Os ganhos ou perdas de um título com maturidade fixa reclassificado da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para outra categoria que tenham sido previamente reconhecidos em capital próprio devem ser reconhecidos em resultados durante a vida remanescente do título através do método da taxa de juro efectiva, de acordo com o Instrutivo n.º 07/16 sobre o método da taxa de juro efectiva no reconhecimento de rendimentos e gastos de instrumentos financeiros.
6. Nas situações em que o título não tenha maturidade fixa, os ganhos ou perdas devem ser reconhecidos em resultados quando o título for



desreconhecido ou quando tenha sido determinado que o mesmo está em imparidade. Se for determinado que o título está em imparidade, os ganhos ou perdas anteriores que tenham sido reconhecidos em capital próprio devem ser reclassificados para resultados, independentemente de o título ter ou não uma maturidade fixa.

Parte 5 - Reclassificações de outras categorias para a categoria de investimentos detidos até à maturidade

1. As Instituições podem reclassificar um título da categoria de activos financeiros ao justo valor através de resultados para a categoria de investimentos detidos até à maturidade nas situações em que o título deixe de ser detido com a intenção de venda ou recompra no curto prazo e o mesmo satisfaça a definição de um investimento detido até à maturidade.
2. Sem prejuízo do referido no número 2 da Parte 4 do presente Anexo, as Instituições podem reclassificar um título classificado na categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de investimentos detidos até à maturidade nas situações em que tenham a intenção e capacidade de manter o título até ao seu vencimento.
3. Os ganhos ou perdas que tenham sido previamente reconhecidos em capital próprio devem ser reconhecidos em resultados durante a vida remanescente do título de acordo com o Instrutivo n.º 07/16, sobre o método da taxa de juro efectiva no reconhecimento de rendimentos e gastos de instrumentos financeiros.

Parte 6 - Reclassificações da categoria de investimentos detidos até à maturidade para outras categorias

1. As Instituições devem reclassificar um título da categoria de investimentos detidos até à maturidade para a categoria de activos financeiros disponíveis para venda quando exista uma alteração da



intenção ou capacidade de deter o mesmo até à maturidade. O título reclassificado deve ser mensurado ao justo valor, devendo a diferença entre o valor contabilístico e o justo valor do título ser reconhecida em capital próprio.

2. Se as Instituições reclassificarem ou venderem investimentos detidos até à maturidade antes do seu vencimento num montante superior a 1% do total da categoria de investimentos detidos até à maturidade, devem reclassificar a totalidade dos títulos registados nessa categoria para a categoria de activos financeiros disponíveis para venda.

Parte 7 - Reclassificações de outras categorias para a categoria de empréstimos concedidos e contas a receber

As Instituições podem reclassificar os títulos da categoria de activos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de empréstimos concedidos e contas a receber nas circunstâncias descritas nas Partes 2 e 4 do presente Anexo.

Parte 8 - Reclassificações da categoria de empréstimos concedidos e contas a receber para outras categorias

As Instituições devem reclassificar os títulos da categoria de empréstimos concedidos e contas a receber para a categoria de activos financeiros disponíveis para venda sempre que os títulos deixem de satisfazer a definição da categoria de empréstimos concedidos e contas a receber, devendo essa reclassificação ocorrer no momento em que o mercado para esses títulos se torne activo.



ANEXO III

PERDAS POR IMPARIDADE

Parte 1 - Enquadramento

1. As Instituições devem avaliar à data de relato financeiro, para os títulos ou grupo de títulos que não sejam classificados na categoria de activos financeiros ao justo valor através de resultados, a existência de evidências objectivas para a constituição de perdas por imparidade.
2. As Instituições devem considerar como evidências objectivas de perda por imparidade, entre outras, as seguintes situações:
 - a) desvalorização no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% face ao respectivo custo de aquisição;
 - b) desvalorização no justo valor de um instrumento de rendimento fixo igual ou superior a 20% face ao respectivo custo de aquisição;
 - c) o justo valor do título se mantenha abaixo do respectivo custo de aquisição ao longo de um período igual ou superior a 12 meses;
 - d) incumprimento contratual do emitente;
 - e) desaparecimento de um mercado activo para o título em questão devido a dificuldades financeiras do emitente;
 - f) alterações nas tendências e/ou condições económico-financeiras; e
 - g) alterações nas tendências e/ou níveis de incumprimento contratual para títulos semelhantes.

Parte 2 - Títulos registados pelo custo amortizado

1. As Instituições devem mensurar possíveis perdas por imparidade como a diferença entre o valor contabilístico dos mesmos e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados.



2. Os fluxos de caixa futuros estimados devem ser descontados à taxa de juro efectiva original, ou considerando o *spread* original, no caso de títulos com taxa de juro fixa ou variável, respectivamente.
3. Alternativamente, as Instituições podem mensurar possíveis perdas por imparidade em títulos registados pelo custo amortizado tendo por base o preço de mercado observado para o título em questão.
4. As perdas por imparidade respeitantes a títulos registados pelo custo amortizado devem ser revertidas através de resultados do exercício, se o aumento do justo valor desses instrumentos estiver objectivamente relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da respectiva perda por imparidade.

Parte 3 - Títulos registados pelo custo

1. As Instituições devem mensurar possíveis perdas por imparidade como a diferença entre o valor contabilístico dos mesmos e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados.
2. Os fluxos de caixa futuros estimados devem ser descontados à taxa de retorno de mercado de um título semelhante apurada à data de relato financeiro.
3. As Instituições não devem reverter possíveis perdas por imparidade em títulos registados pelo custo.

Parte 4 - Títulos classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda

1. As Instituições devem mensurar possíveis perdas por imparidade como a perda cumulativa que tenha sido reconhecida em capital próprio, devendo as Instituições reclassificar a totalidade da mesma para resultados do exercício.



2. As Instituições, após o reconhecimento de uma perda por imparidade, devem reconhecer integralmente em resultados do exercício os declínios subsequentes no justo valor dos activos financeiros em questão.
3. As perdas por imparidade de instrumentos de capital próprio não devem ser revertidas através de resultados do exercício.
4. As Instituições não devem aferir, em base colectiva, possíveis perdas por imparidade de instrumentos de capital próprio.
5. As perdas por imparidade de instrumentos de rendimento fixo devem ser revertidas através de resultados do exercício, se o aumento do justo valor desses instrumentos estiver directamente relacionado com um evento subsequente ao reconhecimento da respectiva perda por imparidade.
6. As Instituições devem proceder ao recálculo da taxa de juro efectiva dos instrumentos de rendimento fixo, tanto no reconhecimento de possíveis perdas por imparidade, como na posterior reversão das mesmas, de acordo com o Instrutivo n.º 07/16, sobre o método da taxa de juro efectiva no reconhecimento de rendimentos e gastos de instrumentos financeiros.